IBIAPINA E A HISTÓRIA REGIONAL DO NORDESTE

João Alfredo de S. Montenegro

O que há de mais surpreendente no "modelo" pastoral do Padre Ibiapina é o realismo, a originar-se de um profundo sentido do regional.

O Nordeste, do qual ele conserva segura vivência, inspira-lhe constantemente os passos e diretrizes, norteando-lhe a edificação de uma obra duradoura.

Esta repousaria sobre um contexto sócio-econômico, sobre um espaço cultural, haurindo-lhes potencialidades e recursos, que marcam a criatividade de um homem no exercício de um múnus apostólico que, antecipadamente, realiza a síntese mais perfeita, a mais autêntica, do homem e do sobrenatural.

Ibiapina construiu, na prática, um "modelo" pastoral fundado numa larga base antropológica, no conhecimento das agruras e dos sofrimentos do nordestino, quer o de áreas mais amenas, como o Cariri cearense, quer o da zona do semi-árido, o chamado Polígono das Secas, a apresentar periodicamente desequilíbrio ecológico, desaparecendo a dinâmica da produção e emergindo a fome generalizada.[1]

Ele se faz itinerante, como não poderia deixar de ser, para lograr a necessária integração entre a extensão do seu santo mister e o perfil regional a que se propôs. Do que se deduz não haver fronteira precisa entre a missão lata e a pastoral restrita, no caso de Ibiapina, condição *sine qua non* daquele alcance regional.

É que se tem aí uma obra, insusceptível de enquadramento num "modelo" aprioristicamente dado.

Na verdade, se alinha entre aquelas tocadas pela originalidade, por uma autenticidade impressionante, pela sintonia com os imperativos conjunturais, com uma problemática estrutural, que se vai desenrolando na *praxis* continuada, no enfrentamento de uma realidade emergente.

São açudes, cemitérios, hospitais, escolas, as chamadas casas de caridade, que se constituem focos de atividades globais e socializantes, intensificando o

---

1 Rafael Alvargonzalez, O Desenvolvimento do Nordeste Árido, DNOCS, Fortaleza, 1981, pág. 37.

espírito associativo, num lúcido aproveitamento do mutirão, de raízes ancestrais.

Nisso tudo vai o empenho de satisfazer necessidades sócio-econômicas locais, regionais, o afã de plantar uma indispensável infra-estrutura não só de atividades materiais propriamente ditas, como também de espirituais, sem a preocupação de estabelecer separação rígida entre ambas.

Cedo compreendeu Ibiapona que o estilo missionário tradicional, como o utilizado pelos Capuchinhos, despertando um fervor místico, que tendia a esfumar-se com a partida do pregador com o retorno à realidade do dia-a-dia, não alcançava os resultados duradouros que iam além da religiosidade solta, pouco ou nada integrativa ou esclarecida. Uma religiosidade que não conseguia estabelecer uma ponte entre a Igreja institucional e a Igreja-povo de Deus. O que necessariamente requer a mediação da cultura, da sociedade global, postos os seus dinamismos a serviço de uma profunda inserção da fé nos negócios humanos.

O apóstolo cearense percebia lucidamente que o Cristianismo perdia muito de sua seiva vivificante, redentora, a se meter eqüidistante e desligado da problemática humana; que o catolicismo não alcançaria vigorosamente o povo sofrido, miserável, abandonado pelas autoridades, se não chegasse até o núcleo do seu calvário, se não integrasse a mensagem da Igreja no esforço material de promoção social desse povo.

Destaque-se, contudo, que Ibiapina não fica cingido a um plano pastoral vago, genérico, voltado para o homem, como ser integral.

Antes, cabe afirmar sem tergiversação, que tal plano ele o elabora intuitivamente, com base numa profunda vivência do Nordeste, de suas especificidades, entre as quais assoma com dominância o trágico, o sentido da indigência de uma região atormentada pelas secas, pois nasceu e amadureceu no coração do semi-árido, o Ceará, pela violência política, pelo banditismo, pelas homéricas perseguições movidas pelos poderosos contra os inimigos, contra os adversários, contra os humildes.

Paulino Nogueira narra com crua fidelidade os fatos relacionados com a Revolução de 1824, a chamada Confederação do Equador. Ela teve entre outros mártires, o pai, Francisco Miguel Ferreira, e o irmão do sacerdote, Raimundo Alexandre Pereira Ibiapina. O primeiro, fuzilado na praça do Passeio Público, em Fortaleza; o segundo, morto em situação trágica como preso, na ilha de Fernando de Noronha.

Por essa época contava 18 anos de idade, e o acontecimento marcou-lhe profundamente.

Esses caros parentes desaparecidos retratados como monstros pelo então Presidente da Província, Pedro José da Costa Barros.[2]

2 Paulino Nogueira, o Padre Ibiapina. In: Revista do Instituto do Ceará, Tomo II, pág. 166.

Recorde-se, por outro lado, que, no mesmo ano, irrompia no Ceará tenebrosa seca, deixando um rastro de misérias, de atrocidades, de fome. Em decorrência, aumentou consideravelmente o índice de criminalidade. Bandos de facínoras saqueavam as propriedades e matavam as pessoas sem piedade.[3]

A província estava realmente convulsionada. As paixões políticas atingiam o paroxismo. Liberais e **imperialistas**, estes últimos adpetos do Imperador, se dilaceravam entre si, cada facção incursionando pelo campo inimigo não raras vezes, cometendo atrocidades.[4]

Não obstante encontrar-se Ibiapina em Pernambuco, estudando no Seminário de Olinda, ao ocorrerem tão sinistros eventos, sentia ele a crueza do destino, recrudescida com a confiscação dos bens da família, deixando-o totalmente sem recursos.

Todo um quadro de misérias deveria fixar-se indelevelmente no seu espírito, contribuindo para uma concepção do mundo mais e mais forrada pelos ensinamentos evangélicos.

E não seria o Seminário de Olinda, direcionado primordialmente para o Racionalismo cartesiano e para os pródromos do Liberalismo, que haveria de saciar a sua fome de verdade, de atender aos seus anseios apostólicos.

Ao deixá-lo, consegue o amparo material necessário para fazer os seus estudos jurídicos em Olinda, formando-se em 1832.

Após curto período no exercício da advocacia e na academia de Olinda, é nomeado em dezembro de 1833, Juiz de Direito e chefe de polícia de Quixeramobim.

Em 1834, está feito deputado geral, com desempenho regular no Parlamento.

Nesse mesmo ano, assume o cargo de Juiz de Direito da comerca daquele município.[5]

É justamente no ofício de magistrado que se acrisola fecunda experiência em torno dos homens, das situações políticas, do quadro sócio-econômico do *hinterland*.

Forma-se aí o microcosmos do Nordeste semi-árido.

Familiariza-se, então, com os problemas gerados pelo banditismo, pela ignorância, pela prepotência dos régulos, pelo desaparelhamento da justiça, pelos entraves estruturais e conjunturais à boa aplicação da lei.

---

3 Memórias do Professor Manuel Ximenes Aragão, In: Tomo XXVIII, pág.70.
4 João Alfredo de Sousa Montenegro, Ideologia e Conflito no Nordeste Rural, Rio, Editora Tempo Brasileiro, 1976, pág. 167.
5 Paulino Noguera, op. cit., pág. 174.

Sabe que na raiz de tudo isso está o atraso do Nordeste da pecuária, do algodão, do açúcar, com populações indigentes, sofridas, faltas do necessário.

Daí o papel primordial que atribuía à educação do povo, aliás sintonizando com a concepção dominante do período, que começava a acordar para a tarefa de esclarecer, de iluminar as mentes, como condição do progresso.

E tal já punha em prática quando magistrado, gastando horas a fio instruindo os membros do juri, do chamado tribunal de fato, acerca da parte que lhes era pertinente.

Mas não ficava aí. Procurava incutir naqueles homens, geralmente de poucas luzes o horror do crime, à infrigência da lei, levando-os a se convencerem da necessidade da punição para os delitos.

Nessas preleções, costumava comparar a Constituição a uma árvore denominada **Liberdade**, matriz dos bens usufruídos pela sociedade.

Admirável como associava a ignorância à imoralidade, num entendimento de fundo iluminista, ambas causas dos males mais graves, a afligirem a comunidade humana.

Assim, a execução rigorosa das leis teria efeito educativo, na medida em que se extirpasse o mal que barrava essa execução, o condenável protecionismo dado pelos potentados do sertão aos facínoras, muitos deles autores de um sem número de mortes.

Contra essa prática malsã toma atitude de rigor, dosando severas providências de ofício com iniciativas de concórdia, reunindo as pessoas de mais prestígio e influência na comarca para um geral apaziguamento.

Escreve ele:

> "Reuni as pessoas mais influentes deste lugar; em uma ceia concilei todos os ânimos divergentes, e de boa fé se comunicam hoje como amigos".

Dessa forma, iam desaparacendo os motivos mais contumazes de desavenças, de crimes.

Os homicidas, após essas medidas de profilaxia moral, já não encontravam mais a proteção de antes e fugiam para outros lugares.[6]

Como se vê, transparece em Ibiapina, antes mesmo de se fazer sacerdote, uma aguda identificação com os problemas da sociedade, expostos na carência do subdesenvolvimento.

Sempre um preocupado com a sorte do povo carente, sofrido, despojado de recursos. O que lhe motivava uma visão especificava: a que se centraliza na grande defasagem entre a lei, o Estado, através de suas manifestações

---

6 Paulino Nogueira, po. cit., pág.178.

ou aparelhos institucionais, e os destinatários dessa lei, desse Estado, constituídos geralmente por cidadãos de poucas luzes e vivendo em condições precárias.

Provavelmente, tal visão que não o abandonou jamais ocasionou mais tarde, feito apóstolo, a escolha de um "modelo" pastoral, a vocação para um tipo de trabalho que teria como objetivo básico a eliminação daquela defasagem, desta vez alargada, porque contendo a Igreja, distanciada da real situação concreta dos fiéis.

A pobreza absoluta, a ignorância, a doença, a falta de meios para uma vida normal, quer em termos pessoais, quer em âmbito social, deveriam ser enfrentadas pelo sacerdote, numa missão que não separaria jamais o "material" do "espiritual". Sem o que a justiça e a caridade se tornam coisas abstratas, desencarnadas.

Então, Ibiapina, dentro da visão mais avançada e coerente do seu tempo, exercitou aquela vocação, dando-lhe contornos bem precisos, calculados, e tendo como espaço o Nordeste.

Trata-se, na verdade de uma visão que se mostrava atualizada, provocando ainda hoje admiração, e que tendia a se enriquecer, a se redimensionar cada vez mais, em virtude da *praxis* que a tecia, que lhe ensejava matizes.

É uma *praxis* que se vai desenhando sob os influxos de um regional que não se apresenta em bloco, mas particularizadamente, na proporção de um itinerário que ia revelando cidades com a sua problemática própria, com as suas indigências específicas. Sem, porém, deixar a consciência de uma problemática central que cobria o Nordeste.

O apóstolo cearense, homem de larga vivência, havendo recebido as sagradas ordens aos 47 anos de idade,[7] depois de fecundo contacto com os males da sociedade nordestina e até do seu país, como advogado, como magistrado e como parlamentar, deveria estar a par das idéias e das discussões, sem contar o que assimilou de experiência própria, acerca dos temas das secas, da educação, da política, da economia, da Igreja etc., no contexto regional.

Será que a mensagem regionalista da Confederação do Equador, heroicamente defendida pelo pai e pelo irmão do sacerdote até o martírio, não teria repercutido no seu espírito, concitando-o a um trabalho pastoral que recolhesse os ecos da luta por uma região que, já em 1824, sofria intensa opressão, desgastando-se política e economicamente?

Apenas, desta vez a luta seria reorientada, ocupando-se de uma obra afastada das competições partidárias, com claros intuitos de organização de uma sociedade rural sob a égide da Igreja Católica e inspirando-se num

7 Paulino Nogueira, op, cit., pág. 206.

"modelo" pastoral original, sem laivos de imposição de uma cristandade. Ou de uma sociedade teocrática. Nem mesmo o de uma sociedade trabalhada por um "modelo" autoritário de cristandade, tal como as décadas dos anos 20 e 30 deste século exibiam no Brasil e em outros países.

Ibiapina não alimenta sonhos utópicos de transformações sócio-religiosas, não afaga propósitos messiânicos.

O que pretende realmente é, juntamente com o povo, sem discriminação de classes, urdir em obras simples mas marcantes uma história inédita do Nordeste Rural, até então não imaginada com tanta sensatez e dom tanto realismo.

O que era antes esse Nordeste rural?

Algo talado pelas guerras de potentados, pelas estruturas de poder montadas ao redor das grandes propriedades, que disseminavam a opressão, a perseguição, que conservavam comunidades inteiras em gritante atraso. Faltava justamente uma força, uma voz, um desses homens que levantam um povo, que o desperta para iniciativas arrojadas ou para um trabalho construtivo, sem abalar, por inoportuno e intempestivo aquelas estruturas de poder, antes procurando cooptá-las no esforço comum de implantação de uma rede de serviços, de instituições, de obras materiais. Tudo isso, contudo, modelado pela chama da caridade, pelo afã de cristianização daquelas comunidades.

Pode-se assinalar o ano de 1860 como o início das construções numerosas feitas por ibiapina:[8] hospitais, casas de caridade, cemitérios, igrejas e outras coisas mais.

Todas essas obras, ou melhor dizendo, cada uma de per si encerra um significado social, sócio-econômico ou sócio-religioso, de acentuado interesse histórico regional, surgindo, crescendo ou permanecendo dentro de um período de mudanças importantes para o país, para o Nordeste.

Então, o capitalismo, ampliada a revolução industrial, alcança um novo patamar. Surge um sistema de divisão internacional de trabalho assentado no mercado mundial. A princípio, o grande pólo econômico situava-se na Inglaterra, que vencia níveis elevados de tecnologia e de capitalização. Depois, esse pólo compreenderia França e Alemanha, beneficiadas com imensa industrialização. Isso determinaria grande consumo de matérias-primas por parte desses países, impondo-se a especialização no plano internacional, a esta altura marcadamente interdependente. As nações não-industrializadas fariam o papel de meras fornecedoras de matérias-primas, de alimentos.

Em cumprindo esse papel, reafirmava o Brasil a velha prática mercantilista, concentrando as suas exportações, no decurso da Monarquia, em oito produtos rurais.

---

8 Celso Mariz, Ibiapina, Um Apóstolo de Nordeste, 2a. Edição, UFPB, Universitária, João Pessoa, 1980, pág. 58.

Vê-se, pois, que a grande lavoura continuava movendo a economia mundial, ensejando a importação de artigos fabricados, suprindo necessidades do consumidor.

Não havia como, desse modo, escapar a economia brasileira às transformações e crises econômicas dos países industrializados, mostrando às claras a sua dependência.

Importante considerar as grandes transformações por que passou a grande lavoura, principalmente em função do forte impulso tomado pelo café no Sudeste, substituindo tradicionais plantações de cana-de-açúcar. Estas últimas permaneceriam no Nordeste. Trata-se de uma especialização que perduraria por longo tempo, acentuando "um sentido básico do desenvolvimento agrícola brasileiro durante os anos em estudo".

Ter-se-ia ainda no Nordeste uma vasta área, a do semi-árido, dedicada principalmente à cultura do algodão e à pecuária, para não aludir a outras, não pertinentes aos fundamentos econômicos do Nordeste em que teria atuação Ibiapina.[9]

Nesse período, mais notavelmente entre 1860 e 1870, dá-se pronunciado crescimento das rendas fiscais, do comércio exportador, inaugurando-se firmas importantes nas capitais do Nordeste, cuja urbanização se desenvolvia a olhos vistos.

Os relatórios dos presidentes de província de então constituem-se preciosas fontes de informações desse surto de progresso da região, concentrando-se mais no setor urbano.

Obras de infra-estrutura: portos, estradas, iluminação, esgotos aparecem ou se ampliam, aí.

Vai-se alargando a distância entre o setor urbano e o rural, numa demonstração de que o crescimento econômico e social privilegia o primeiro em detrimento do segundo. O que até os dias atuais continua inalterável.

As cidades do interior, no período em exame, sofriam grandes carências. Escolas, hospitais-maternidades, cemitérios, obras de infra-estrutura em geral escasseavam, deixando o povo desassistido de bens essenciais à vida.

Não havia, devidamente estruturada, uma política social capaz de atendê-lo, dotando-o de recursos pelo menos assistenciais,e numa linha de continuidade firmada.

De modo que o sertão se tornava presa fácil dos poderosos, dos proprietários ricos que exploravam os camponeses, impondo-lhes duras condi-

9 Alice P. Canabrava, A Grande Lavoura, In: II O Brasil Monárquico, da obra História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difel, 1971, págs. 85-86.

ções de vida, que o paternalismo tentava mitigar num círculo vicioso de perpetuidade da opressão.

Nessas condições, prosperava um tipo de religiosidade que se constituía a projeção daquele paternalismo, fazendo de Deus e dos Santos da Igreja outros proprietários distribuidores de benefícios, de dádivas.

Eles também os acudiam em algumas de suas necessidades extremas, na falta do fazendeiro, do compadre a que devia sempre "favores".

Tal inerente a um sistema social extremamente precário, dependente de uma estrutura de poder que manipulava a manutenção do *statu quo* na intensa privatização das atividades políticas, econômicas e sociais, e concentrada na camada dos proprietários.

O Estado, por isso, se amoldava aos interesses dessa camada, ele próprio privatizado no cerne do sistema oligárquico-coronelista e padecendo de grave disfuncionalidade.

Ele se mostrava impotente na tarefa de estimular o desenvolvimento da sociedade rural, nem sequer possuindo recursos e consciência para fazê-lo, preso que estava a determinismos inibidores de iniciativas dinâmicas.

Nesse quadro, a camada dominada suportava por igual os impactos desses determinismos, faltando-lhe criatividade política para franquear a criatividade cultural, de que é pródiga.

Urgia, no período, uma força autônoma, proveniente de fora, planejando e despertando o carreamento de energias latentes do povo, para que este se tornasse agente da história, na medida de sua idade cultural, de suas possibilidades de mudança. Fazia-se mister que ele assumisse tarefas comunitárias, enveredando por um caminho que o libertasse do atraso, da extrema penúria ao mesmo tempo que se tornava aberto para Deus, para o Reino.

Missão árdua a de Ibiapina, e sobretudo realista. Deveria trilhar grande parte do Nordeste, tentando criar hábitos novos de comportamento, práticas associativas, uma religiosidade mais madura, junto com a estruturação de uma obra material. Tudo isso sem ferir o *ethos* cultural das populações visitadas.

Tem-se a impressão de que o missionário, conhecedor do meio rural da região, experiente dos assuntos temporais, afeito às propostas político-administrativas do seu tempo, estava consciente do que era possível fazer pelo povo, sob a égide de uma renovação espiritual que sacudia o mundo católico, a Igreja, e observando o peculiar estado de penúria desse povo, a desorganização em que se achava.

Estaria consciente de que o problema central a resolver condensar-se-ia na ausência de uma moral social, dentro aliás de uma concepção tão inerente àquela renovação, potente para dissolver os desregramentos dos políticos, dos que detinham o controle oligárquico, quer em âmbito provin-

cial ou local, afetando a missão da Igreja mais enfaticamente.

Como se faria ela potente?

Assumindo um determinado protagonismo social, e até político, num trabalho que se valesse da arregimentação das forças católicas, num período de mudanças sócio-econômicas, de surgimento de uma mentalidade laica e anti-clerical nos centros urbanos.

Temia a corrente ultramontana os efeitos dessa mentalidade, desconhecendo o plano social e econômico em que emergia.

Escreve Oscar F. Lustosa:

> "O que os ultramontanos denominavam de **secularização** era, na realidade, o próprio movimento de **modernização** do país, conforme país, conforme analisam alguns historiadores. Movimento global, todos os níveis da realidade social brasileira eram por ele afetados. O contexto sócio-econômico em ritmo de transição e de mudança – incluindo todo o conjunto do **progresso** material, técnico, populacional, urbano etc. –, seria a matriz da fermentação ideológica-política para a meta de reformulação do quadro de valores tradicionais."[10]

Não deixaria Ibiapina, como missionário e como líder, de dar a sua contribuição a esse contexto em mudança. Porém a seu modo, sem se prender a qualquer grêmio político, sem ceder à tentação do modernismo fácil. Não podia se libertar, é verdade, das visões filosófica, religiosa e política do período, as quais se deitavam no fundo de uma experiência sedimentada pelas lutas e pelas empresas a que se entregou desde o episódio da Confederação do Equador. Elas, estavam, contudo, retrabalhadas pela fé que o animava, pela própria evolução do seu ofício anterior de político.

O sacerdote forjara o seu espírito político levado principalmente pelo imperativo de organização, de ordem, imposto ao país com a abdicação de Pedro I, em 1831, que deixara um ambiente tumultuado, pleno de aventuras sediciosas. Os excessos de liberdade, a anarquia, eram patentes.

Assim, acusado de **regressista**, de ingrato por não mais acompanhar as idéias do pai.[11]

Seguramente, portava convicções de um liberal moderado, convicções essas a nortearem as realizações da Regência e da Segunda Monarquia.

Apoiava *in totum* o sistema liberal adptado ao Brasil.[12]

Afagaria, por isso, a noção de ordem, subjacente aí e ao Catolicismo ultramontano, a se defender dos excessos de liberdade, ao progressismo, emergentes com o processo de modernização.

---

10 Política e Igreja, São Paulo, Ed. Paulinas, 1982, pág. 26.
11 Paulino Nogueira, op. cit., págs. 171-172.
12 Celso Mariz, op. cit., pág. 23.

A autoridade, *o status quo* deveriam ser preservadas a todo custo. A *tradição* resguardada proritariamente. Temiam-se inovações perigosas.

Veja-se a postura assumida por Ibiapina. Aceitava e agilizava o depósito de fé, as linhas mestras da restauração católica, plantadas por Pio IX e, por outro ângulo, imbuído de ideais do século, imanentes à modernização acolhida pelos gabinetes ministeriais do Império, numa pauta de pragmatismo fincada na tradição política, propunha e comandava a realização de obras de interesse público no Nordeste, utilizando, porém, uma metodologia própria, original, uma *praxis* de feição autônoma, nos seus aspectos mais gerais.

Quer-se dizer que o apóstolo do Nordeste seguiu em toda linha os traços gerais da política de modernização da região, aplicando-a ao meio rural, justamente a área abandonada pelos governos, e segundo as práticas da época. Animou-a, todavia, com uma fé criativa. Nisso de que a sua visão católica, o seu zelo missionário, integrava o povo de Deus na realização dessa política de modernização, tornando-a obra da comunidade.

E ela ia mais longe do que se imagina. Porque não se restringia somente aos aspectos materiais das realizações. Ou às implicações associativas, socializantes de sua incidência. Carregava um sentido de atyalização da fé no contexto agrário, marcada que era pelos sinais de inserção na vida, no cotidiano do povo, no campo de suas lutas, de seus sofrimentos, imprimindo um sentido ético elevado ao que praticava. Uma fé educativa, concitando-o a não abandonar jamais o campo da realidade sócio-econômica que o cercava, passando conscientemente a assumir nele responsabilidades definidas. O crescimento da fé deveria ser concomitante à modernização do meio.

Como não ver que, nessa prática, a fé se ia depurando dos messianismos alienantes que fazem recrudescer o paternalismo e o assistencialismo de uma estrutura opressora?

E aí vai a diferença entre Ibiapina e o Padre Cícero.

Eis um depoimento valioso:

> "Devido a enorme influência que (Ibiapina) exerceu sobre as populações nordestinas, houve quem o comparasse ao padre Cícero, do Juazeiro. Ambos, sacerdotes bons e dignos, se diferenciaram, consideravelmente, sob os pontos de vista religioso e social. Ibiapina, homem de cultura regular, para seu tempo, e espírito equilibrado, foi um verdadeiro organizador e construtor, no âmbito civil, e na órbita religiosa um soldado humilde e eficiente da Igreja, de cujas normas jamais se afastou. Sua atuação religiosa se processou, invariavelmente, nos moldes canônicos e seus serviços nunca deixaram de ser compreendidos e exaltados pelos superiores hierárquicos... O Padre Cícero, homem visceral-

mente bom e piedoso, não tinha a cultura e nem o equilíbrio mental necessário a qualquer organização religiosa ou profana".[13]

Não obstante se haver aproximado do povo, não soube o patriarca do Juazeiro entrar na sua problemática social, mantendo-o preso a velhos padrões paternalistas, inclusive os acobertados pela política partidária oligárquica, da qual participou.

Com efeito, longe se situou de um trabalho de monta em prol do Nordeste que tanto o exaltou, pouco operando, em termos assistencialistas até, e num âmbito circunscrito àquela cidade.

Durante os anos de seca viu milhares de flagelados sucumbirem pela fome e pela sede, caindo pelas ruas, sem que tomasse iniciativas concretas, a não ser ligeiras como telegrafar ao Presidente do Estado, solicitando providências.

Já o Padre Ibiapina tinha outro comportamento.

Agilizou operações de socorro através de obras duradouras, fruto de uma organização que acompanhou todas as suas realizações. E sobretudo de um espírito inovador, pondo-se ao lado dos melhores empreendedores do seu tempo. Elas partiam do centro estratégico do município onde se demorava, e convergiam para ações assistencialistas mas eficazes porque oriundas geralmente das casas de caridade, espécies de núcleos que urdiam aquela organização, e para a construção de obras de infra-estrutura, notadamente açudes.

As secas eram desse modo enfrentadas com galhardia, com realismo, pelo admirável apóstolo que, nesse aspecto, desfrutava de uma atualização a toda prova.

A que se declarou no ano de 1877, encontrou da sua parte resposta pronta, eficiente e segura. Por sinal, uma das mais pavorosas que assolou o Nordeste. Ele, por certo, pela experiência das coisas da região, sabia das medidas necessárias para conter o flagelo. Contemporâneo do Padre José Martiniano de Alencar, de quem recebera auxílio no pior momento de sua vida, consistente em recursos materiais e com ele mantendo laços de amizade até por volta de 1830, não podia deixar de acompanhar a elogiável *performance* administrativa do grande estadista como Presidente do Ceará. Este teve uma visão renovadora do problema das secas. Através dela criou e acionou dispositivo de assistência às populações rurais, e traduzido em lei especial de 1832, concedendo ao proprietário de imóvel, que nele fizesse construir um açude, um prêmio.[14]

---

13 M. N. Fernandes Távora, Personalidade Moral e Cívica do Padre Ibiapina, RIC, Tomo LVII, 1952, págs. 250-251.

14 Joaquim Alves, História das Secas, Fortaleza, Edições do "Instituto do Ceará", 1953, pág. 149.

Entre essa data e a de 77, acumulam-se estudos e experiências sobre o magno problema, sendo que a última representa o espaço de tempo em que as pesquisas atingiram o pique, chegando-se a conclusões bem mais precisas.

Então, a açudagem consistia, na definição técnico-científica, no que havia de melhor para minorar os efeitos das secas.

Era esse o remédio mais eficiente para assistir às populações atingidas pelo flagelo, sofrendo especialmente a falta de água.

Ibiapina tem consciência lúcida desse dado e o incorpora imediatamente ao seu afã missionário.

Trata-se de uma postura realmente dignificante e superior, situando-se acima do comum no seio da Igreja, mais preocupada com assuntos inerentes a uma religiosidade que não sabia como absorver ações temporais, realizações materiais.

Em várias províncias do Nordeste promove a construção de açudes, alguns bem sólidos, desafiando a força do tempo, servindo por demais a populações inteiras.

Como já dito acima, tem-se aí um exemplo frisante do empenho que o Padre tomou de dar uma base infra-estrutural ao seu múnus apostólico. Quer dizer: articulando obras materiais com atividades pastorais.

Eis que talvez caiba a tese segundo a qual Ibiapina teria sido o precursor de uma Igreja voltada nos dias atuais para o homem como ser íntegro, antologicamente se completando na circunstância do mundo, para alcançar plenamente o transcendente. Pelo menos, ele lutou e trabalhou para que o homem se inserisse sob a égide da justiça na circunstância do Nordeste, de modo a se encontrar mais valorizado, desenvolvendo-se sob moldes sócio-econômicos mais razoáveis, sob um modelo de sociabilidade que agilizasse melhormente as potencialidades regionais. Tudo sob o impulso do amor, da caridade. E de uma forma autêntica, original.

Todas as suas obras têm profundo sentido do regional, buscando modernizá-lo. E nisso ele moderniza também, no círculo de seus trabalhos pastorais, a Igreja, dominada pelo **ultramontanismo**, pelo moralismo. Ambos, sem alarde, sem conflitos, sem discussões estéreis, a se depararem com o impulso incontido de uma moral social, que ajudava a redefinir o Cristianismo no seio dessa mesma Igreja, tão afetada pelo individualismo religioso.